

COMUNICAÇÕES

O CHARME DA VELHA SENHORA

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

No período de 1960 a 1970 foram apresentadas às universidades norte-americanas 51 teses de doutoramento versando temas de História do Brasil. Considerando-se o período, bem como o número de universidades que contribuíram para que se atingisse esse total, poder-se-á supor que a quantidade é relativamente pequena. Entretanto, se ponderarmos que apenas a Economia foi a área científica que sobrelevou a História, tendo como tema de interesse o Brasil — vindo a seguir respectivamente a Sociologia, a Literatura e a Política (1) — a aparente limitação daquele número adquire menos significação.

Para que se tenha ainda uma idéia comparativa do que realmente representa o referido total de teses, podemos lembrar que no mesmo período, isto é, de 1960 a 1970, a maior universidade brasileira — a Universidade de São Paulo — que também é a que nesse sentido apresenta o maior índice de doutoramentos, sendo incomparavelmente superior ao de qualquer outra universidade brasileira, ou o de todas as universidades brasileiras reunidas — a USP, repetimos, apresentou apenas catorze teses de doutorado com temas de História do Brasil, tendo aliás em toda a sua existência, de 1934 a 1973, realizado um total de 46 teses de doutoramento com temas da história nacional (2).

Muito se tem dito a respeito das implicações do "boom" de "brazillanitz" em relação à nossa História. Sem entrarmos no mérito da discussão entre os que esposam o aumento do acervo de estudos norte-americanos sobre o Brasil ou os que o condenam, podemos contudo defender a sugestão de que muitos desses trabalhos merecem ser traduzidos e divulgados em nosso país, dado o nível que

(1) Dulce Helena Alvares Pessoa Ramos — Um exemplo de pesquisa bibliográfica como elemento da pesquisa pública: as teses americanas sobre o Brasil v9f0-v9GJ (levantamento global e crítico), tabela entre as fls. 43 e 44. Tese de Mestrado apresentada na USP, São Paulo, 1972 (exemplar mimeografado).

(2) J. R. Amaral Lapa — *Historiografia brasileira contemporânea*, p. 28-A, Campinas, 1974 (exemplar mimeografado).

apresentam e, portanto, a contribuição que podem efetivamente oferecer à historiografia brasileira.

Este é o caso, por exemplo, do livro sobre a *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, que a Editora Brasiliense entregou ao público no final de 1973 (3).

Estudo fundado em extensas pesquisas arquivais e bibliográficas, a obra oferece um volume de informações e reflexões suficientemente válidas para um conhecimento aprofundado do processo de modernização que há um século e meio vem o Brasil sofrendo.

A penetração inglesa no Brasil — dos capitais ingleses, de sua tecnologia, dos seus produtos, dos seus operários qualificados, enfim dos ingleses e das inglesas — se faz num complexo de iniciativas e de incentivos de aquém e de além-mar, que nos revelam quase sempre as disfunções, conflitos e frustrações em que esse processo implica, mostrando que não se fez tranqüilo nem sem dores, como realmente cabia acontecer num "filrt" entre uma velha senhora e um trêfego jovem, submetido à intensa reciclagem que violenta os seus usos e costumes, a sua maneira de ser.

Nesse sentido, o prof. Graham procura, com isenção, mostrar o preço alto que pagamos por nos modernizarmos em relação à Inglaterra, como também, por outro lado, os malogros ingleses no seu processo de envolvimento da economia e da civilização brasileiras. Este malogro (p. 98 e segs.) se faz sentir sobretudo em setores como o das estradas de ferro, onde os investimentos britânicos, pelo menos no conjunto, não deram os resultados esperados; nas usinas de açúcar (p. 158), cujas iniciativas todas fracassaram etc. A explicação está no desconhecimento da estrutura econômica brasileira, no planejamento ausente ou falho, no descaso pela viabilidade ou não dos projetos, e em certos casos na falta de domínio tecnológico e capacidade empresarial ou mesmo no simples aventureirismo que presidiu dezenas de iniciativas.

Esses exemplos arrolados pelo autor desmancham ou reduzem a idéia, que se teve muitas vezes na época e que perdurou em nossa historiografia, a respeito do modelo inglês — da empresa e do empresário — como aquele que obtinha sucesso garantido, sobretudo em cotejo com a iniciativa nativa e/ou a portuguesa. E não nos esqueçamos que, para a cronologia estabelecida pelo autor, os britânicos contavam já com pelo menos 40 anos de conhecimento e participação na economia brasileira.

Aliás, no tocante à virtualidade empresarial e às metamorfoses pelas quais passa a sua atuação no Brasil (p. 195), o A. dedica um capítulo ao assunto, mostrando como muitos importadores britânicos acabam se transformando aqui em industriais (p. 147).

São, também, importantes os subsídios que a obra nos oferece para a história dos portos brasileiros, no que diz respeito às suas instalações no século XIX, quase sempre entregues a firmas britânicas especializadas (p. 98). Ainda o sistema bancário e as companhias de seguro foram objeto de acurada pesquisa tendente a demonstrar a sua montagem e funcionamento. Aliás, mostra-nos o A. (p. 33) que o surto empresarial que se segue a 1850, após a extinção do tráfico negreiro, dirige-se mais para a economia de exportação: bancos, seguros e transportes, o que contraria de certa maneira a convicção de vários autores que apontavam o setor industrial como um dos mais beneficiados.

(3) Richard Graham — *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973.

Embora o A. seja suficientemente explícito ao demonstrar toda a trama comercial inglesa que forma, aumenta e assegura a dependência de nossa economia (p. 90), destacando o lado negativo da presença e do domínio britânico ao destruir, por exemplo, o nosso artesanato (p. 91), obstaculizando o desenvolvimento, na verdade, ao longo do trabalho ressuma uma certa hesitação, quando não um reconhecimento, também bastante explícito, do papel desenvolvimentista dos britânicos em consonância com o interesse de amplos setores das classes dominantes nativas, em relação ao Brasil. Diga-se, a propósito, que a hesitação a que aludimos vem expressa numa frase conclusiva, quando afirma à p. 334 "... não se pode responsabilizar os ingleses, nem pelas modificações havidas, nem pelos obstáculos encontrados para sua concretização" (da modernização). Nessa linha de idéias, não será difícil reconhecer na atuação britânica uma certa neutralidade a que o A. faz referência em outra passagem...

Embora esta impressão que nos ficou seja determinada, a nosso ver, por uma questão conceitual, que ainda gostaremos de discutir também ao nível da informação histórica, algumas dúvidas se colocam, ajudadas por afirmações mais ou menos sentenciosas, como aquela que vêm à p. 131, quando inicia o V capítulo com a frase "Os britânicos contribuíram substancialmente para o desenvolvimento industrial do Brasil", enquanto que ele próprio, autor, suaviza essa asseveração ao dizer à p. 148 que "os ingleses não foram a causa da industrialização brasileira, mas alguns deles trabalhavam lado a lado com os brasileiros, para verem concretizado este fato". Frases desse tipo, que não são poucas no livro do prof. Graham, obrigam o leitor a questionar onde está a linha de equilíbrio, pois é inegável, na nossa maneira de entender, a contribuição material inglesa, traduzida em máquinas, implementos, ferramentaria etc. para a montagem da infra-estrutura da indústria brasileira, particularmente em certos momentos do século XIX, como também o "know-how" e a iniciativa empresarial agressiva que para cá transplantaram. Entretanto, esse conjunto de fatores, que não pode ser subestimado, não ocorreu evidentemente com o objetivo de desencadear o nosso processo de industrialização ou de contribuir decisivamente para ele, mas na verdade, de certa maneira, acabou por lhe ser útil.

Ver na expansão do capitalismo central inglês em direção ao Brasil uma vertente intencionalmente positiva, é que nos parece dourar a realidade histórica. Trata-se de um simples processo expropriador, que pelas limitações da orientação política da economia central e por reações inesperadas no processo de adaptação da economia periférica, acaba tornando possível decorrências positivas, mas indesejáveis do ponto de vista da nação desenvolvida.

Ao nível descritivo da informação histórica, a obra nos oferece bom material. Assim, no primeiro capítulo temos uma síntese interessante da hegemonia mundial do capitalismo inglês no século XIX. E vezo da historiografia indígena, ao tratar da preeminência da Inglaterra no Brasil, não descrever as conjunturas inglesas no século XIX, o que é evidentemente eliminar um dos pólos da questão. O A. procura revelar, e bem, o processo exploratório que o capitalismo inglês desenvolve na América Latina e particularmente no Brasil, sem contudo, como em outros inúmeros momentos de sua obra, perceber claramente que a engrenagem comercial inglesa ao nos oferecer manufaturas e investimento de capital em troca dos nossos produtos agrícolas dava-nos uma fachada litorânea de modernidade, assegurando com isso a estagnação interna do continente. Aliás, nesse capítulo é elaborada ainda uma resenha das transformações que sofre o Brasil no período estudado, que, se pouco acrescenta ao já suficientemente conhecido, tem todavia a qualidade de uma síntese bem feita. A contribuição que nos oferece para conhecer as raízes e coordenadas do liberalismo brasileiro, particularmente pela face inglesa, é substancial. No mesmo nível está a atuação do protestantismo

(capítulo XI) no processo de modernização, abrindo oportunidade para a valorização individual, a mobilidade social, a emancipação feminina, ao mesmo tempo que combatia o sistema de compadrio, o relacionamento pessoal etc.

Mas, o equívoco que a nosso ver comete o autor na tese central de sua obra é explicado simplesmente ao nível conceitual. Se não, vejamos que partindo do pressuposto de que a *modernização* se identifica com o *desenvolvimento*, o prof. Graham afirma logo de início (p. 7) que os britânicos foram os principais agentes desse processo! Ora, a partir daí, para o A. o processo de modernização é unívoco na economia brasileira, isto é, ele se instaura na economia central (Inglaterra) que o exporta para a economia periférica (Brasil), beneficiando dessa maneira a ambos os pólos do sistema! Mesmo aceitando essa identificação *modernização=desenvolvimento*, isto é, ambos representando *facies* de um só processo, no caso em pauta isso não se dá. Reconhecer na presença e influência britânica no Brasil uma simples dinâmica de aceleração do nosso progresso, se nos afigura falacioso.

Temos, portanto, conforme a concepção do A. (p. 11 e segs.), que a Inglaterra se moderniza, se desenvolve antes do Brasil. Isso dito de outra maneira, significa que a Inglaterra e o Brasil se engajam num idêntico processo de desenvolvimento dentro da evolução capitalista. A Inglaterra num estágio bem mais adiantado, o que lhe permite justamente desencadear o desenvolvimento brasileiro, posição aliás bastante próxima de outro estudo clássico sobre a penetração inglesa no Brasil, ou seja, o de Alan K. Manchester, agora também traduzido para o português pela mesma editora.

Mas, desde logo se verifica ser necessário explicitar melhor os dois conceitos fundamentais que o A. manipula, *desenvolvimento* e *modernização*, que em diferentes momentos do seu trabalho se identificam, para em outros serem inconfundíveis.

Muita tinta já se gastou e ainda se gasta com a discussão do conceito de modernização, o que nos convence de que o debate não está de todo esgotado. Tendo a sua elaboração e aplicação sido intensamente perfilhadas por áreas científicas diversas, parece-nos contudo que a idéia da modernização tem tido um trânsito mais livre em ciências como a Sociologia, Economia, Antropologia e Política, graças ao esforço teórico exigido pela problemática do desenvolvimento, que provocou um debate maior e portanto um maior interesse, que acabou dando, por sua vez, para muitos cientistas, num inevitável desgaste semântico e epistemológico. Entretanto, por outro lado, julgamos que não há motivos para se rejeitar definitivamente o conceito, uma vez que tanto ao nível especulativo-ideológico, quanto na ordem prático-empírica dos rumos que tomam os grandes sistemas econômicos, do socialismo ao capitalismo, o espectro da modernização, sob diversas camuflagens, avança e se instala, não se contendo a sua problemática ao nível da economia, antes tendo um sentido globalizante de grande interesse para o historiador, dada a sua operacionalidade.

No discurso do A., ambos os conceitos — modernização e desenvolvimento — surgem como que numa fotografia sem contrastes, sem que o leitor consiga formar idéia onde realmente se confundem ou se distinguem na realidade histórica do Brasil do século XIX.

Assim, essa definição se torna fundamental *ab initio* para a discussão de sua tese. Não se trata aqui de assumirmos simplesmente uma posição teórica que evidentemente o leitor verificará que discrepa do A., para a partir daí apurar o que em sua obra não se encaixa na definição que aceitamos. Este objeto seria relativamente simples. Mas, o que se reclama, a nosso ver, é uma tentativa de percepção da postura teórica que o A. assume, para a partir dela verificar-se onde as suas

descrições não correspondem ou mal correspondem ao nível interpretativo do objeto histórico. Isto porque o processo de modernização brasileira que o A. identifica no século XIX não apenas dá título à sua obra, como corresponde ao seu próprio fundamento, oferecendo a medida e as coordenadas dentro das quais é construído todo o seu raciocínio e, portanto, o que pretende comprovar.

A tese recoloca todo um esquema interpretativo cronológico da história do Brasil. Dessa maneira, o A., numa posição contrária à da perspectiva de vários cientistas sociais brasileiros (4), bem como mesmo às proposições históricas que nesse sentido vinham sendo tranquilamente aceitas, procura mostrar que o processo de modernização brasileira se inicia, isto é, tem sua identificação cronológica em meados do século XIX, ou mais precisamente em 1850.

Se aceitarmos que esse processo — nas suas dimensões históricas — é sobretudo uma criação do imperialismo capitalista, quando se dilatando o sistema, há uma expansão natural na produção central de bens, os quais são exportados para as economias periféricas, onde também se introduzem, num processo inerente, novos padrões de consumo, então teremos que considerar tardia a balizagem cronológica proposta pelo A. para demonstrar o "início da modernização" no/do Brasil. Um recuo de pelo menos 40 anos em relação a essa data surpreenderia o mesmo processo que é descrito nas páginas desta obra, isto é, a penetração inglesa de produtos manufaturados, sociais e mentais. A sociedade brasileira já privilegiara o modelo britânico na primeira metade do século. Na etapa tratada pelo A. há, a nosso ver, apenas uma gradação de um processo anterior.

Mas, não retardemos a discussão a que aludimos anteriormente. O conceito de modernização, possivelmente se configurou como um recurso teórico tendente a explicitar nuances dos processos de subdesenvolvimento e desenvolvimento. Entretanto, ele conserva uma certa historicidade imanente, isto é, sempre que se relacionaram áreas em estágios diversos de economia e cultura, com sociedades antipodas, mas não conflitantes, a área hegemônica — embora isto não constitua uma regra absoluta — impõe-se no processo de modernização. Assim, ela produz e exporta, quase sempre num processo espoliativo, para a área dominada, o que conjunturalmente é considerado *moderno* para ambas as sociedades.

O conceito que vamos adotar como base para a nossa posição no debate, parece-nos suficientemente explícito para clarear os matizes que geralmente escapam na especulação teórica que possa enriquecer o tema. Embora, como todo conceito ele não esgote a explicação, pois seria falaciosa a expectativa de se encontrar um grau de perfeccionismo conceitual nesse sentido, o que foi por nós acolhido permite pelo menos distinguir justamente o que vem confuso em outros esforços conceituais, isto é, o desenvolvimento da modernização.

Dessa maneira, embora podendo em certos casos e em determinados momentos confundir-se a modernização com o desenvolvimento, ou mesmo, um processo pode ser condicionalmente preambular a outro, ou ainda, num terceiro caso, possa-se verificar a força repulsiva que chega a se por em ação entre ambos, esses são distintos em seus fundamentos, possuindo características que os definem singularmente.

O interesse que o enfoque proporcionado por esse conceito pode oferecer ao historiador, para o entendimento e interpretação da evolução brasileira, está sobretudo na comparabilidade que ele permite.

(4) Florestan Fernandes — Sociedade de classes e subdesenvolvimento, p. 11 e segs., 2ª ed. revista, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

Analisemos o seu enunciado:

A modernização é "... o processo pelo qual introduzidos numa sociedade os produtos quer materiais (bens e mercadorias), quer sociais (hábitos, valores, formas características de comportamento, enfim, modos de pensar, sentir e agir) da Revolução Industrial ocorrida noutros países ou regiões, sem que esses produtos resultem de um processo interno de desenvolvimento da sociedade em questão" (5).

A explicitação desse conceito está na trama recíproca que envolve o processo, isto é, a importação de bens pelo país subdesenvolvido se faz mediante a exportação, de forma expropriadora, de produtos primários. Ora, o usufruto do que é importado cabe a uma camada privilegiada da população, que compõe a sua fachada moderna, mas para que essa camada se apresente como vive a população do país desenvolvido, faz-se mister manter pauperizada uma ampla massa de indivíduos do país subdesenvolvido, sobretudo aquela que se liga à terra e portanto aos produtos primários de exportação (6).

Assim, enquanto o progresso na modernização é setorial, epidérmico e transitório, no desenvolvimento ele é geral, profundo e permanente.

Por sua vez, não é a simples ou esporádica importação de bens que essencializa a modernização, como também não o fazem o uso ou posse de certos produtos importados, que contudo podem conferir *status* social no país atrasado. O estabelecimento ou adoção espontânea de novos padrões de consumo é inerente a ela, bem como a conscientização das alterações que promovem, alterações que naturalmente implicam em *mudança* (de hábitos, valores etc.), que para muitos é a essência da modernização. Essas alterações, bem assim a consciência que delas se tem, é que conferem legitimidade à modernização. Assim, por exemplo, se nos afigura como uma das variáveis do processo de modernização a influência inglesa criando uma mentalidade dignificadora do trabalho, antes aviltado, o que é eloquentemente demonstrado pelo A. (p. 222). Aliás, nesse sentido, uma das críticas bastante válidas colocadas pela obra é aquela que se faz ao ensino excessivamente retórico das Academias de Direito.

São evidentes as vantagens em não confundir-se conceitualmente a modernização com o desenvolvimento. No tratamento que o prof. Graham dá ao tema, essa confusão é patente. Não se trata da configuração das conjunturas históricas em que se torna difícil verificar até onde vai a modernização e onde começa o desenvolvimento, mas da postura do autor em conceituar ora como um processo único, ora como coisas distintas, num quadro geral histórico em que nos parece pertinente apenas a última hipótese.

Vejamos alguns desses momentos, escolhidos entre outros vários: na p. 7 (Prefácio) RG identifica a modernização com o desenvolvimento, mas logo a seguir, na p. 10, afirma que "o constante e crescente aumento de inovações — que anda ao lado do rápido crescimento econômico e firme processo de formação de capital" — nos mostra involuntariamente onde se distingue o desenvolvimento da modernização. A p. 26 fala em *progresso* e *modernização*, o que nos revela a imprecisão conceitual que apontamos, enquanto às p. 26 e 224 distingue modernização de

(5) Maurício Vinhas de Queiroz — «Notas sobre o processo de modernização no Brasil». In *Rev. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, vol. III, n.º 1, 1966. Em Economia, o conceito de modernização pode se aproximar bastante do que foi por nós usado, cf. Celso Furtado, «O Modelo Brasileiro», p. 27. In *Argumento*, ano 1, n.º 3, Ed. Paz e Terra, Rio, s/d.

(6) *Idem*, *ibidem*, p. 140.

progresso e assim por diante, para chegar finalmente à frase com que conclui a obra: "... os ingleses contribuíram inegavelmente para dar princípio e prosseguimento à modernização e desenvolvimento de um país tropical chamado Brasil", com o que o autor se aproxima da conclusão a que chegamos...

Para o prof. Graham o que provocou e caracterizou a modernização brasileira dessa época — entenda-se modernização como desenvolvimento — pode ser resumido em quatro pontos, sem contudo desprezar outros de certa significação:

1. A Guerra do Paraguai — como esforço detonante de potencialidades.
2. As estradas de ferro (p. 35), como montagem infra-estrutural.
3. A secularização da sociedade, como consciente rompimento com o esquema arcaico colonial.
4. O Positivismo (p. 44), filosofia antitradicional da época, como o perfil da nova postura ideológica da "intelligentzia" brasileira.

A partir desses indicadores, temos definidos os elencos, segundo o A., das forças modernas no embate em que as segundas vão aos poucos levando a melhor sobre as primeiras:

<i>Forças tradicionais</i>	<i>Forças modernas</i>
Catolicismo: clericalização da sociedade	Protestantismo: secularização da sociedade
Monarquia	República (com uma certa ambivalência com os monarquistas)
Escravidão	Abolicionismo
Analfabetismo	Alfabetização
Ensino retórico (direito)	Ensino técnico (engenharia)
Ruralismo	Urbanismo
Prodigalidade	Poupança e capitalização
Misticismo sertanejo	Racionalidade cristã

* * *

Um policiamento mais atento evitaria ao longo do texto o uso de certas expressões que, traduzindo a convicção do A., necessitariam entretanto melhor esclarecimento. Assim, à página 31, afirma, ou pelo menos dá a entender, que a partir de 1890 houve no Brasil "vigorosa economia industrial". Mais adiante, à página 76, terceiro parágrafo, afirma que "... talvez, a única realidade significativa para o historiador" seja o relacionamento mental que faziam os agentes da época do complexo "religião-monarquia-privilegio-escravidão", o que evidentemente é dar uma consciência aos agentes sociais, que ao nível ideológico requereria todo um tratamento quantitativo mais rigoroso, para o qual em nossos dias já possuímos estudos, que entretanto talvez o autor desconheça.

A página 48, uma definição de D. Pedro II:

"Era provavelmente o homem mais instruído do Brasil e certamente aquele com o maior conhecimento geral dos problemas do país dentro do contexto mundial".

A partir desse perfil não ficaria difícil ao leitor reconhecer desde logo no Imperador um grande modernista... Todavia, relevamos que sua colocação nos oferece mais elementos para compreendermos a personalidade do Monarca. Aliás, essa "maquillage" que a monarquia recebe do autor, nós a surpreendemos em inúmeras passagens, como, por exemplo, às páginas 50 e 51. Parece-nos que RG não permaneceu indiferente ao discreto charme da monarquia brasileira.

Outra afirmação que encerra uma meia-verdade vem à página 116, quando o autor considera os "melhoramentos portuários e vias férreas" como as atividades *neutras* dos britânicos, beneficiando grandemente fazendeiros e industriais. Ora, essa suposta neutralidade — ou o não comprometimento de interesses — desse setor fundamental no processo de modernização não resiste a uma análise mais detida. Os ingleses instalaram nossos portos e estenderam trilhos objetivando facilitar a venda do nosso café, manipulada por eles, ao mesmo tempo que assegurando a colocação rápida, eficiente e barata das duas manufaturas no interior brasileiro.

Há uma certa ambivalência no papel das estradas de ferro que não se pode desconhecer. É, aliás, o mesmo que ocorreu com países como a Argentina, Venezuela, México e Peru, no século XIX, onde a rede ferroviária respondia mais aos interesses externos, beneficiando as áreas onde justamente estava concentrada a camada minoritária da população, aquela que se modernizava (7).

A expansão das ferrovias no continente americano tem merecido em outros países, que não o Brasil, estudos em profundidade que nos mostram essa ocorrência generalizada: o parque ferroviário representando certo papel no desenvolvimento dos países que dele se serviram, mas e também atendendo sobretudo os interesses europeus, isto é, voltado para o escoamento dos produtos demandados pelo mercado europeu, e em contrapartida para a colocação rápida, nessas áreas, das manufaturas estrangeiras sem termos de competição.

* * *

Se reclamamos inicialmente a tradução das melhores teses norte-americanas de história do Brasil, devemos ponderar contudo que as traduções devem ter todo o rigor que exige um trabalho científico. A partir do nome errado do autor na capa do livro, notas de rodapé que não se localizam na mesma página do texto principal a que se referem, pequenas gralhas etc., podiam ter sido evitadas com um trabalho mais cuidadoso.

Já da responsabilidade do autor há também pequenas questões, inclusive a falta de atualização do texto, a partir da data da edição original norte-americana, que se atendidas poderiam ter tornado o texto mais elucidativo. Assim, para citarmos apenas uma entre outras: ao considerar o apoucado da bibliografia sobre a ideologia conservadora no Brasil (p. 30), poderia, atualizando seu livro, ter citado alguns autores que com detença já trataram do tema (8).

* * *

Por diferentes motivos, entre eles o da saturação do mercado profissional universitário norte-americano, tende a descer a curva de crescimento das teses sobre

(7) Héctor Hernán Bruit — «El crecimiento económico de América Latina entre 1870 y 1914. In *Estudios Históricos*, n.º 9, p. 110 e segs., Fac. Filosofía, Ciências e Letras de Marilla, 1970.

(8) Paulo Mercadante — *A Consciência Conservadora no Brasil*, 2ª ed., Ed. Civ. Brasileira, Rio, 1972; José Honório Rodrigues — *Conciliação e reforma no Brasil. Interpretação Histórico-Política*, Ed. Civ. Brasileira, Rio, 1965; João Camilo de Oliveira Torres — *Os construtores do Império*, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1968 etc.

o Brasil. Entretanto, a soma daquelas já publicadas com as que estão em prossecução resulta numa biblioteca de significativas dimensões. Compreende ela um gizamento do perfil brasileiro que vai de nossas raízes coloniais à nossa projeção histórica neste século.

A imagem que se compôs com esse acervo não pode deixar de ser avallada e discutida pelo cientista social brasileiro. Não se trata apenas de uma questão de perfilamento de nossa auto-imagem — permanentemente em debate e reelaboração — com aquele que de nós fazem os estrangeiros. Mas e também, as reflexões que podem ser feitas nesse contínuo processo de revisão do Brasil, têm algumas vezes na dimensão alienígena o descompromisso empático e os recursos científicos que emolduram uma determinada compreensão do objeto. Essa compreensão pode ter decisiva significação para a nossa própria auto-imagem na aldela global.

O DEPARTAMENTO DE THALASSIOLOGIA
AS EXPERIÊNCIAS NA VIDA DE UM INDIVÍDUO
RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal o estudo de alguns aspectos da vida de um indivíduo, com especial referência ao período da infância e da adolescência, sob o ponto de vista da sua formação física e psicológica. Para isso, foram analisados os dados fornecidos por um indivíduo que viveu em condições de vida muito especiais, tanto no que diz respeito ao meio ambiente quanto ao tipo de educação recebida. Os dados foram coletados através de entrevistas e de documentos pessoais do indivíduo em questão.

Os dados foram analisados sob o ponto de vista da sua formação física e psicológica, com especial referência ao período da infância e da adolescência. Os resultados da análise mostram que o indivíduo em questão desenvolveu uma personalidade muito peculiar, caracterizada por uma grande capacidade de adaptação ao meio ambiente e por uma grande capacidade de aprendizagem. Isso pode ser explicado pelo fato de que o indivíduo em questão viveu em condições de vida muito especiais, tanto no que diz respeito ao meio ambiente quanto ao tipo de educação recebida.

Conclui-se, portanto, que a vida de um indivíduo é muito influenciada pelo meio ambiente e pelo tipo de educação recebida. Isso pode ser explicado pelo fato de que o indivíduo em questão viveu em condições de vida muito especiais, tanto no que diz respeito ao meio ambiente quanto ao tipo de educação recebida.

(1) O autor agradece ao Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo, em especial ao Dr. Carlos de Souza, pela orientação e assistência durante a realização deste trabalho. Também agradece ao Dr. Carlos de Souza, pela orientação e assistência durante a realização deste trabalho.

(2) O autor agradece ao Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo, em especial ao Dr. Carlos de Souza, pela orientação e assistência durante a realização deste trabalho. Também agradece ao Dr. Carlos de Souza, pela orientação e assistência durante a realização deste trabalho.

(3) O autor agradece ao Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo, em especial ao Dr. Carlos de Souza, pela orientação e assistência durante a realização deste trabalho. Também agradece ao Dr. Carlos de Souza, pela orientação e assistência durante a realização deste trabalho.